

## *A produção terciária: da necessidade de atenção pela Economia Política*

Paulo Franco<sup>1</sup>

**Resumo** - Este artigo tem por objetivo sensibilizar os economistas filiados à tradição da Economia Política para a *produção* que é, tanto em termos de produto quanto de emprego, preponderante em todos os países (principalmente nos do capitalismo central), ainda que com diferentes graus de heterogeneidade quanto à produtividade, e à renda. Assinala o caráter produtivo dessa produção, recuperando as concepções *marxiana* e de alguns economistas clássicos e resenha, brevemente, concepções de outros economistas, nas literaturas nacional e estrangeira.

### I. Introdução

Apesar de sua predominante posição relativa no Produto e na PEA (População Economicamente Ativa, tanto nos países capitalistas centrais, quando em grande número de países periféricos, o setor terciário, também chamado de setor de serviços, não tem sido objeto de sistemáticos estudos, comparativamente aos setores primário e secundário.

A partir do início dos anos 80', governos e empresas dos países do centro capitalista passaram a intensificar, nos organismos internacionais, pressões para uma ampla liberação do comércio internacional de serviços. Hoje, verificamos que na agenda dos governos latino-americanos, particularmente na do governo brasileiro, tal questão está na ordem do dia, sendo, inclusive, contemplada no arcabouço das várias reformas pretendidas. Ao contrário das produções de mercadorias tangíveis (bens), que tiveram seu comércio internacional liberado - ainda que com recorrentes protecionismos - desde o século XIX, a produção terciária ainda encontra fortes barreiras (muitas de caráter legal) para sua internacionalização. Mas tudo indica que estamos para assistir - dada a necessidade do capital por novas fontes de acumulação - a uma acentuada liberalização do comércio internacional de serviços (mercadorias intangíveis), principalmente dos chamados *producer services*. Em outros termos, a *multinacionalização* de atividades de empresas de serviços deverá, proximamente, ser complementada pela *transnacionalização* de tais atividades. Assim, faz-se necessário que dediquemos mais atenção a esta tão heterogênea produção, por vezes (não poucas) considerada improdutiva (por (poucos) economistas clássicos e mesmo de extração marxista.

### II - O caráter produtivo das atividades do Setor Terciário

A concepção primeira que norteia este artigo é a de que as atividades do Setor Terciário, quando compreendidas na órbita da relação *capital-trabalho* (existência de *assalariamento*), são tão *produtivas* quanto as desenvolvidas, na mesma órbita, nas atividades denominadas *primárias* e *secundárias*. Endossando palavras de GILL (1986):

*"Le terme 'productif' en économie capitaliste est donc synonyme de 'productif de profit'; ou 'productif pour le capital'. Il n'est pas synonyme de productif de 'biens en general'. La production de 'biens en general' dans la société dans laquelle nous vivons, n'a d'autre raison d'être que de 'produire du profit'."*<sup>2</sup>

As classificações *produtivo* e *improdutivo* carecem de ser melhor compreendidas, como sugere Gill. Em sua principal obra, Adam Smith postulava que há duas espécies de trabalho: *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo*. Para o célebre economista, "há um tipo de trabalho que eleva o valor do objeto a

<sup>1</sup> Prof. Adjunto no Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (MG), Diretor do Centro de Documentação e Pesquisa Sócio-Econômica (CEPES), doutorando em Economia Social e do Trabalho no IE-UNICAMP.

<sup>2</sup> GILL(1986:9)

que é aplicado; há outro que não produz tal efeito".<sup>3</sup> O primeiro seria produtivo porque dá origem a um valor e o segundo, improdutivo, porque não origina valor. Com tal concepção Smith estava adstrito à natureza do trabalho e à tangibilidade de seu produto e não à sua inserção, enquanto atividade, no universo das relações sociais de produção, essa espécie de manto definidor do caráter produtivo ou improdutivo das atividades humanas, que tão importante lugar ocupa na obra de Marx, autor que refutou a concepção de Smith, como veremos adiante.

Marx chama atenção para o fato de que, conceber o trabalho produtivo como tão só trabalho assalariado seria uma consequência lógica do pensamento de Adam Smith, se este tivesse mantido o rigor analítico que permeia grande parte de sua principal obra:

*"Mientras expone esta concepción, A. Smith sigue las huellas de los fisiócratas e incluso de los mercantilistas, aunque depurando su teoría de los errores contenidos en ella."*<sup>4</sup>

Marx estava preocupado com a condição social do trabalho e de seu produto, não apenas com a natureza formal do mesmo ou com a dimensão do seu rendimento. A forma social com que se revestem o trabalho e, consequentemente, o seu produto, são os determinantes do caráter do próprio trabalho. Em outras palavras, se produtivo ou improdutivo.

*"El carácter concreto del trabajo y de su producto no guarda de por sí la menor relación con esta división del trabajo en trabajo productivo e improductivo. Así, por ejemplo, los cocineros y los camareros de un hotel serán obreros productivos siempre y cuando que su trabajo se traduzca en capital para su patron y obreros improductivos si sus servicios representan simplemente la inversión de rendas."*

Ainda com o objetivo de contribuir para um entendimento mais rigoroso da questão em pauta, reportar-me-ei ao pensamento de outro autor, de extração marxista, Braverman. Este autor aborda a questão tratando, o que não é mera coincidência, dos chamados serviços.

*"Um serviço, observou Marx, 'é nada mais que o efeito útil de um valor de uso seja ele mercadoria ou trabalho'. O trabalhador, na produção de bens, presta um serviço ao capitalista, e é como resultado desse serviço que toma forma de objeto tangível e vendável como mercadoria. Mas que acontece se os efeitos úteis do trabalho são de modo a que não tomem a forma de um objeto? Trabalho desse tipo deve ser oferecido diretamente ao consumidor, uma vez que produção e consumo são simultâneos. Os efeitos úteis do trabalho, em tais casos, não servem para constituir um objeto vendável que encerre seus efeitos úteis como parte de sua existência na forma de mercadoria. Ao invés, os próprios efeitos do trabalho transformam-se em mercadoria. Quando o trabalhador não oferece esse trabalho diretamente ao usuário de seus efeitos, mas, ao invés, vende-o ao capitalista, que o revende no mercado de bens, temos então o modo de produção capitalista no setor de serviços."*<sup>5</sup>

O autor destaca que tal definição é mais restrita do que a usualmente adotada pelos órgãos estatísticos nacionais, que incorporam na classificação de "serviços" atividades como as levadas a cabo por restaurantes, lavanderias, empresas de limpeza, oficinas de conserto, transportes, etc. . Sobre o trabalho nestes últimos, Braverman chama atenção para o que se segue:

<sup>3</sup>- SMITH (1981:591)

<sup>4</sup>- MARX(1974:134)

<sup>5</sup>- BRAVERMAN(1977:303-4)

*“Os trabalhadores em transportes são frequentemente considerados como prestando ‘serviço’. Mas, se o lugar de uma mercadoria for tomado como importante característica física, transporte é parte do processo de produção. E se não assumimos esse ponto de vista cairemos em dificuldades insuperáveis, porque somos obrigados a estender a distinção entre ‘fazer’ e ‘deslocar’ até a fábrica, onde muitos trabalhadores não desempenham o papel de confeccionar o objeto com suas próprias mãos, mas simplesmente o transportam pela fábrica ou durante o processo. A distinção assim aplicada torna-se sem sentido e ridícula.”*

Convém ressaltar uma outra contribuição à elucidação da questão do caráter produtivo ou improdutivo do trabalho, originária de um economista nada afeito às considerações matizadas pela teoria do materialismo histórico, porém com apurado rigor analítico quando procurava entender a economia capitalista ou, em suas palavras, *the entrepreneur economy*. Refiro-me a John Maynard Keynes:

*“(…) An entrepreneur is interested, not in the amount of product, but in the amount of money which will fall to his share. He will increase his output if by so doing he expects to increase his money profit, even though this profit represents a smaller quantity of product than before.(...)”<sup>6</sup> (Grifo meu)*

Importa, deste ponto de vista, que não é diferente do de Marx, o *quantum de liquidez máxima* (dinheiro) que será obtido após a realização da venda de *bens* e/ou *serviços*. Vale a pena registrar que, em sua obra aqui citada, Keynes refere-se a Marx quando trata de distinguir “a co-operative economy” de “an entrepreneur economy”, distinção que, ao que parece, até hoje não está suficientemente clara para alguns (não poucos) economistas:

*“The distinction between a co-operative economy and an entrepreneur economy bears relation to a pregnant observation made by Karl Marx, - though the subsequent use to which he put this observation was highly illogical. He pointed out that the nature of production in the actual world is not, as economists seem often to suppose, a case of C - M - C’, i.e. of exchanging commodity (or effort) for money in order to obtain another commodity (or effort). That may be the standpoint of the private consumer. But is not the attitude of entrepreneur, which is a case of M - C - M’, i. e. of parting with money for commodity (or effort) in money.”<sup>7</sup>*

Fica claro que se a empresa capitalista produzirá *mercadorias* (condutos de *mais-valia* potencializada) em forma de *tangíveis* ou em forma de *serviços*, - os chamados *intangíveis* - isto é, como também nos diz Braverman, “um problema do estatístico ou do economista e não do capitalista.”<sup>8</sup>

Apropriando-se do *trabalho morto* (capital constante em geral e do *trabalho vivo* (o uso da força de trabalho) o capitalista, - ou o *the entrepreneur* keynesiano - cuidará para que seja gerada *mais-valia* (expressão monetária do excedente, portanto *liquidez máxima*), não importando a natureza de seu conduto, se *material* ou *imaterial*. É claro que o capital somente se apropriará da produção de *intangíveis* na medida que a mesma propicie a extração e a apropriação sistemáticas - não fortuitas - de excedente econômico.

<sup>6</sup> - KEYNES(1980:82)

<sup>7</sup> - KEYNES(1980:84)

<sup>8</sup> - BRAVERMAN(1977:305)

A sistematicidade de tal extração e de tal apropriação é potencializada pelo próprio *modus operandi* do capitalismo. A existência deste modo de produção implica, ao mesmo tempo - principalmente em economias (relativamente) atrasadas, criação, destruição e mesmo recriação de *formas de trabalho*.<sup>9</sup> No que tange à criação, tais formas ficam de imediato, sob controle do capital. Quanto à destruição, elas também ficam, mas num momento posterior. Até que o *enclave capitalista* se dissemine pelo espaço territorial, portanto deixando de ser *enclave*, antigas relações de produção sobrevivem, mas gradativamente vão sendo ameaçadas ou mesmo subordinadas.

A capitalização de uma produção econômica imprime e expande uma nova divisão de trabalho no interior daquela e requer também, via de regra, *outra* divisão do trabalho na esfera da circulação dos frutos (e de possíveis mercadorias derivadas) dessa produção. Isto é: ao se apropriar da esfera da circulação de tangíveis (*comércio*), o capital está a um passo de apropriar-se, também, das atividades que surgem como consequência da intensificação e da ampliação da divisão do trabalho por ele mesmo imposta. Aquelas vão, gradativamente, liberando força de trabalho das esferas da produção e da circulação de tangíveis. Tal força de trabalho poderá seguir diferentes direções, como HOBSON(1985) já havia apontado.

Deter-me-ei em três dessas direções, levando em conta as possíveis condições na ocupação: a de tornar-se capitalista, trabalhador assalariado e autônomo.

Em formações sociais capitalistas com um processo de industrialização já consolidado, surgem oportunidades dentro de tais direções, também induzidas pela divisão do trabalho. É' como se a destruição de relações de produção (técnicas e/ou sociais) criasse *poros* a serem preenchidos. Em outras palavras, a capitalização das atividades econômicas, ao tempo que representa ampliação da *exploração* (extração e apropriação de excedente em novos momentos e em novos espaços), potencializa o surgimento de novas atividades. Ao potencializar o aparecimento de novas atividades, o capital, quando já se constitui em relação social de produção hegemônica, potencializa também sua apropriação das novas atividades, por ele próprio criadas e/ou induzidas. Sua dinâmica impõe a primazia (lógico-teórica) da rentabilidade crescente, isto sem prejuízo de se reconhecer a possibilidade de taxas decrescentes de lucro.

A lógica da rentabilidade crescente impõe, nos limites capitalistas, a capitalização de atividades e/ou a dependência destas à hegemonia do capital. Quando o capital avança pela produção de *intangíveis*, ele rompe com as relações que até então dominavam essa atividade: a do mecânico que prestava serviços ao possuidor de equipamento (automóvel e/ou outro), a do faxineiro que procedia à limpeza da empresa, a do engenheiro que punha em prática, em troca de remuneração, o seu saber sobre *cálculo diferencial*. *resistência dos materiais* (ou outros saberes). Enfim, como bem assinalou Mandel:

*"(...) a relação privada entre aquele que vende 'serviços' e aquele que gasta rendimentos privados, que muito vingou no século XIX, nos países do capitalismo central e mesmo no presente século nos países capitalistas periféricos, converte-se cada vez mais num serviço capitalista. Por outro lado, vai-se tornando crescentemente socializado. Esse processo de capitalização e consequentemente socialização do trabalho é particularmente evidente aonde a infraestrutura exige o mais alto grau de racionalização em função dos altos custos e das despesas de construção."*<sup>10</sup>

Creio não haver novidade no que está sendo afirmado. Apenas recupero um aspecto da problemática da transição das formações sócio-econômicas. O que deve ser enfatizado é que, em nenhum momento da transição, o modo de produção que vai se fazendo hegemônico gera, a não ser do ponto de vista meramente superestrutural - instituições político-culturais -, um seu contrário. Desse ponto de vista, o capital, ao tempo que desintegra, tem função integradora, até porque, quando marginaliza, põe o que foi por ele marginalizado em sua dependência direta (assalariando) ou indireta (subassalariando ou subempregando). O capital, expandindo-se, produz e reproduz as condições para sua permanência temporal, isto do ponto de vista estritamente econômico.

<sup>9</sup> - Sobre isto ver SOUZA(1980)

<sup>10</sup> - MANDEL(1985:270)

Ressalto, portanto, a concepção de que *marginalidade, subemprego e/ou mercado informal* são produtos da dinâmica do capital e, assim, a ela *integrados*, enquanto sub-produtos. O modo pelo qual ocorre tal integração é que será distinto em diferentes sociedades.<sup>11</sup>

### III. A produção terciária na literatura econômica

#### III.1. As concepções dos fisiocratas, dos economistas clássicos e de Marx

Por considerarem as atividades não-agrícolas (e de mineração) como improdutivas, *les économistes* (assim autodenominavam-se os *fisiocratas* liderados por François QUESNAY) não cuidaram de investigar o papel desempenhado pela produção terciária. A obra principal dessa escola de pensamento econômico - *Tableau Économique* - de autoria do referido líder, concebendo como estéreis os processos manufatureiros e de comércio em geral, pois que *só acrescentavam ao produto seu próprio valor (o valor das coisas consumidas nos próprios processos)*, não dedica esforços no sentido de investigar a adição de valor na produção de mercadorias intangíveis<sup>12</sup>.

Embora considerando improdutivas as atividades terciárias, Adam SMITH (1983) reconheceu a contribuição do comércio ao produto gerado na economia, já que induzia a expansão das produções agrícola e manufatureira.

Destaco uma passagem - até curiosa - de sua obra, ao tratar da *divisão do trabalho* (um dos alicerces de sua teoria), em que ele ressalta o condicionamento imposto pelo caráter do espaço econômico a algumas atividades, no caso uma atividade hoje tida como terciária, o transporte:

*"Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade. Existem certos tipos de trabalho, mesmo da categoria mais baixa, que só podem ser executados em uma cidade grande. Um carregador, por exemplo, não consegue encontrar emprego e subsistência em nenhum outro lugar. Uma aldeia é pequena demais para isto; é até difícil que uma cidade pequena, dotada de um mercado, seja suficientemente grande para oferecer ocupação constante para um carregador."*<sup>13</sup>

MALTHUS(1983), em sua reinterpretação da teoria smithiana, propondo a substituição dos termos *produtivo e improdutivo* por (respectivamente) *mais produtivo e menos produtivo*, atribui ao trabalho que não redundava diretamente em artefatos materiais uma das causas do aumento do valor do produto:

*"Se não restringirmos a riqueza a objetos tangíveis e materiais, podemos considerar todo o trabalho produtivo, mas produtivo em diferentes graus; e a única alteração que seria preciso fazer no trabalho de Adam Smith - no interesse desse modo de ver a questão - seria a substituição dos termos produtivo e improdutivo por mais produtivo e menos produtivo."*<sup>14</sup>

Dos (considerados) economistas clássicos, SAY(1983) foi o que mais contribuiu para o entendimento da atividade terciária. Usando o conceito de *utilidade*, segundo ele, resultado de toda produção econômica, sentenciou:

<sup>11</sup>- ANDRADE(1989:20)

<sup>12</sup>- Ver QUESNAY(1983)

<sup>13</sup>- SMITH (1983:53)

<sup>14</sup>- MALTHUS(1983:14)

*"A essa faculdade que possuem certas coisas de poderem satisfazer as diferentes necessidades humanas, permitam-me chamá-la de utilidade. (...) A produção não é em absoluto uma criação de matéria mas uma criação de utilidades. A produção não se mede, de maneira alguma, pelo comprimento, volume ou peso do produto, mas pela utilidade que lhe foi dada."*<sup>15</sup> (Grifo meu)

Para Say, os agentes da troca smithiana - os comerciantes - adicionavam valor aos produtos por eles mercadejados, do mesmo modo que seus produtores materiais propriamente ditos. A produção de intangíveis é tão produtiva quanto a de tangíveis:

*"Pareceria que o comerciante vive apenas por valores produzidos pelo agricultor e pelo manufator, quando, na realidade, vive de um valor real adicionado por ele próprio às mercadorias ao lhes conferir nova feição, isto é, nova faculdade de servir."*<sup>16</sup>

*"Os produtos imateriais são frutos da indústria humana, pois chamamos de indústria qualquer espécie de trabalho produtivo."*<sup>17</sup>

Karl Marx, o principal crítico da economia política clássica inglesa, por conceber a produção capitalista como (antes de qualquer outra coisa), uma produção de *mais-valia*, objetivada através de mercadorias tangíveis ou intangíveis, rejeitou, como já dito antes, o entendimento smithiano acerca do caráter improdutivo do trabalho na produção imaterial. Sua referência ao trabalho do professor - emblemático da produção de intangíveis - atesta sua concepção acerca do trabalho produtivo numa economia capitalista:

*"A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias; é, antes de tudo, produção de mais-valia. (...) E só aquele que produza mais-valia para o capitalista, ou que sirva ao próprio incremento do capital, se considerará como trabalho produtivo. Se nos fosse permitido aduzir um exemplo alheio à esfera da produção material, diríamos que o mestre-escola é um trabalhador produtivo, não enquanto trabalha para formar os cérebros dos jovens, senão enquanto se consome a si mesmo para enriquecer o patrão."*<sup>18</sup>

### III.2. As concepções neoclássica e keynesiana

Dois autores devem ser destacados no que tange ao entendimento neoclássico sobre a produção terciária: Leon WALRAS e Alfred MARSHALL.

Walras, buscando enunciar os princípios que regem uma economia fundamentada nas trocas e as condições para o *equilíbrio geral* da mesma, destaca como categorias analíticas o *capital* e o *rendimento*. A riqueza social é constituída de capitais e rendimentos. O rendimento do capital é um *serviço*, o qual no seu entender pode ser *produtivo* ou *consumível*. O rendimento consumível é aquele decorrente da utilização propriamente dita dos capitais (aluguéis, consultas advocatícias ou médicas, etc.). O produtivo seria aquele rendimento que se transforma em capitais ou mesmo em novos rendimentos (o trabalho da utilização de máquinas e equipamentos, a fecundidade da terra decorrente de investimento em fertilização, etc.). Para Walras as pessoas, desde que dotadas de capacitação para realizar serviços rentáveis, são consideradas *capitais pessoais*.<sup>19</sup>

<sup>15</sup> - SAY(1983:68)

<sup>16</sup> - SAY(1983:73)

<sup>17</sup> - SAY(1983:127)

<sup>18</sup> - MARX(1975:8)

<sup>19</sup> - Ver WALRAS( 1983)

MARSHALL considerava a riqueza social como sendo constituída de *coisas desejáveis*, materiais e imateriais (bens e serviços). Estas últimas, as intangíveis, são por eles classificadas em *internas* (qualidades e faculdades pessoais) e *externas* (consistindo em benefícios que as pessoas obtêm de outras pessoas). Este autor entende que o desenvolvimento industrial leva ao surgimento de novas (e diferenciadas) atividades econômicas, requeridas por aquele, de modo a complementá-lo. Está presente a idéia de complementaridade, atribuída aos serviços em geral, particularmente às atividades financeiras, de transporte e comunicações. Mas elas próprias concebidas como geradoras de *produtos*, portanto de *utilidades* que atendem *necessidades*.<sup>20</sup>

O crescimento das atividades intermediárias (ou complementares), decorrentes do crescimento e do desenvolvimento dos processos industriais, teve significativo impacto no pensamento econômico. O conceito de demanda agregada alargou-se à medida de tal crescimento. Pode-se dizer que foi Keynes quem possibilitou uma visão macroeconômica mais rigorosa, contemplando todos os setores da economia e fornecendo elementos teóricos para mensuração dos diferentes *produtos e rendas*. A oferta a ser solvida é constituída de bens e serviços e, para tanto, a *demand a efetiva* teria que contemplá-los. O concurso do gasto público seria conveniente para tanto, já que a “mão invisível” smithiana ou a quase identificação - de Say - entre rendimentos decorrentes da produção e o dispêndio com seus frutos - se mostraram irrealis.<sup>21</sup>

### III.3. O herético precursãoismo de John Hobson

A primeira edição do livro de HOBSON(1985), intitulado *A evolução do capitalismo moderno - um estudo da produção mecanizada*, veio a público em maio de 1884, portanto muito tempo antes dos estudos de FISHER(1933), CLARK(1957) e KUZNETS(1970).

No capítulo XII - “Maquinaria e Demanda de Mão-de-Obra”, destaca-se o conteúdo do Parágrafo 1 - “Influência da maquinaria sobre o número de empregados, dependente da ‘elasticidade da demanda’”. Afirmando ser o desejo de reduzir custos de produção o que leva os capitalistas a introduzirem máquinas e equipamentos que pouparão mão-de-obra, Hobson formula a seguinte indagação:

*“O que significa a afirmação geralmente feita, de que a maquinaria dá mais emprego do que tira - que seu efeito mais amplo e derradeiro não é reduzir a demanda de mão-de-obra?”*<sup>22</sup>

O autor dirige sua crítica ao que chama de “otimismo a priori”, ou seja, à argumentação de que a queda de preços resultante da introdução de maquinaria num ramo da indústria implicará “encorajamento” ao consumo dos bens ali produzidos, consumo esse que, por sua vez, tenderá a recompor os níveis anteriores de emprego de mão-de-obra naquele mesmo ramo. Para Hobson não é improvável, pelo menos por algum tempo, que uma redução nos custos de produção leve a um crescimento dos lucros e não a uma queda nos preços. Esta “heresia”, que talvez tenha contribuído para que o autor tenha perdido uma cátedra numa universidade inglesa, é mais substancialmente discutida por ele em sua teoria dos preços de monopólio, no capítulo IX de seu citado livro.

Dizendo não ter justificativa para supor o que postula o “otimismo a priori”, nosso autor entende que a elasticidade da demanda é que será o fator determinante do nível de recomposição do emprego naquele ramo considerado. Por outro lado, cabe ressaltar que ele reconhece não ser a diminuição do emprego na indústria “prova concludente de que a maquinaria tenha trazido uma substituição líquida de mão-de-obra.”<sup>23</sup> Seu entendimento é o de que um crescimento do produto industrial pode induzir o crescimento do emprego nos transportes e nos comércios distributivos, compensando a redução do emprego na indústria. Veremos, quando tratarmos da “hipótese de Galenson”, o quanto de pioneirismo representa esta assertiva de Hobson.

É no Parágrafo 3 que nosso autor irá sintetizar sua concepção a respeito da questão, quando trata da “falácia da mensuração compartimentada do emprego”:

<sup>20</sup> - Ver MARSHALL(1983)

<sup>21</sup> - Ver KEYNES(1983)

<sup>22</sup> - HOBSON(1985:234)

<sup>23</sup> - HOBSON(1985:236)

*"Uma clara compreensão da interdependência de mercados, baseada na lei, segundo a qual as rendas são gastas na obtenção do máximo de utilidade agregada sob a forma de bens de consumo, evidencia quanto há de falaz em procurar por à prova, à luz do enfoque compartimentado, os efeitos gerais da maquinaria sobre o emprego."*<sup>24</sup>

Sua conclusão é a de que, sem embargo da possibilidade de desemprego industrial, causado pela introdução de maquinaria, desde que a renda liberada pela redução dos preços seja canalizada para a demanda de outras mercadorias, o efeito geral sobre a economia deverá ser a manutenção do nível de emprego anterior. No que tange a isto, o problema central para Hobson está na "irregularidade" da introdução de maquinaria na atividade produtiva. Vejamos o que ele pensava a respeito, com suas próprias palavras:

*"Se os aperfeiçoamentos dos métodos baseados na maquinaria fossem introduzidos de forma regular, gradativa e contínua, nas diversas indústrias, não se registraria efeito significativo na variação do volume de emprego: a mão-de-obra, à medida que fosse amadurecendo para o mercado de trabalho, iria ingressando nas indústrias aonde o emprego estivesse crescendo; paralelamente, o declínio de emprego em outras indústrias seria contornado pela mortalidade normal dos operários nelas engajados, ou pela transferência para outros ramos afins."*<sup>25</sup>

lenta

Para efeito deste artigo, o pensamento de Hobson é destacado na condição de um dos precursores da reflexão acerca das ocupações no que hoje denominamos Setor Terciário, objeto deste trabalho.

#### III.4 - As contribuições de Fisher, Clark, Fourastié e Kuznets

Foi A. G. B. Fisher, economista neo-zelandês, quem primeiro tratou de evidenciar a existência de três instâncias da produção econômica. Em seu pequeno artigo para *The Economic Journal*, aquele economista, a partir do que disse ter observado nas "popular discussions", apresentou os conceitos de produções primária, secundária e terciária. Assegurou que os países poderiam ser classificados levando-se em conta as proporções de sua força de trabalho alocadas em atividades de *estágios* (e não setores) diferentes:

*"(...) The tertiary stage, on the threshold of which the more advanced countries should now be finding themselves, begins when, in the popular phrase, the problems of production in manufacturing seem to have been solved."*<sup>26</sup>

Fisher, na verdade, não classificou como terciárias todas as demais atividades excluídas do que hoje chamamos de primárias e secundárias. A rigor, no seu entender, seriam terciários aqueles serviços surgidos em decorrência de avanços substanciais das atividades agropecuárias e industriais e "*many of these services are those which Adam Smith described as unproductive* (...) "<sup>27</sup>.

Fisher postulou o que hoje está em qualquer fundamentação rigorosa da teoria do desenvolvimento econômico capitalista, isto é, que o aumento sistemático da produtividade do trabalho implica uma reestruturação da ocupação, particularmente do emprego, devido a uma prévia reestruturação dos investimentos. Nesse sentido, respalda o que também é fundamento deste projeto de tese: a mobilidade

<sup>24</sup> - HOBSON(1985:238)

<sup>25</sup> HOBSON(1985:238-9)

<sup>26</sup> - FISHER(1933:380)

<sup>27</sup> - FISHER(1933:379)



do capital está intimamente vinculada à potencialização de novas frentes de acumulação, estas surgidas em decorrência do aumento da produtividade do trabalho, *latu sensu*. Mas ele reconhece a relutância capitalista por investimentos em novas áreas, devido à incerteza quanto às taxas de lucro, o que em seu entender estaria contribuindo para o que Hobson chamou de "irregularidade do investimento". Este último, por sinal, é por Fisher citado, *en passant*, quando trata da

*"wastage of capital, evidence of the same conservatism of which Hobson complains in consumption is certainly not lacking in the control and direction of investment."*

A instância terciária da economia mereceu de Fisher considerável atenção. Sua concepção acerca da dinâmica da economia capitalista levou-o a entendê-la como potencializadora de "nova" acumulação. E mais, que as fases depressivas dos ciclos das economias capitalistas estariam intimamente ligadas a isso:

*"Recovery from the depression is delayed by the general insistence that capital should be directed into the same channels as in the past."*<sup>28</sup>

A questão proposta, lembremos, em 1933, merece atenção especial, pois nela o chamado setor terciário aparece, para as economias com avançado grau de industrialização, como instância capaz de contribuir para a regulação de ciclos econômicos.

As teses de Fisher irão obter, em 1940, apoio de Colin CLARK, economista australiano, em sua consagrada *The Conditions of Economic Progress*. Neste seu volumoso livro, Clark elabora, antes um diagnóstico que uma teoria, observando o funcionamento de várias economias, no que tange à alocação de força de trabalho e demais fatores nas instâncias produtivas, ao longo de vários anos.

Para analisar o desenvolvimento econômico, Clark utiliza dois conceitos básicos: setor econômico e produtividade do trabalho. Sua obra tem, também, o mérito de fornecer grande quantidade de matérias inéditas. Pode-se dizer que Clark inaugura uma nova orientação da Economia, pois abandona a "economia pura" walrasiana e passa a contemplar os fatos passíveis de registros estatísticos.

CLARK sim, divide a economia em *setores econômicos*, inaugurando a atual classificação vigente na maioria dos países. A produtividade do trabalho é variável segundo o setor observado, e é ela que irá nos permitir compreender as flutuações da renda nacional. Em seu estudo, ele postula que quando um país se desenvolve - e aumenta sua *renda per capita* - a proporção de sua população ativa ocupada na produção primária diminui, a proporção terciária aumenta e a proporção ocupada na produção secundária aumenta até um máximo, diminuindo depois. Isto indica, portanto, que cada país alcança uma etapa de industrialização máxima. Passada esta, o emprego na indústria começa a diminuir relativamente à produção terciária. Tal transferência de população ativa seria, para ele, tanto uma consequência quanto um indicador de aumento do nível de vida.<sup>29</sup>

FISHER e CLARK vão ter suas concepções respaldadas por FOURASTIÉ (1949). A idéia fundamental deste autor consiste em eleger o progresso técnico como motor exclusivo do desenvolvimento. Industrialização para aquele autor consiste na passagem de uma sociedade de estrutura rural, primária, a uma sociedade que tem como predominante a produção terciária. Não me deterei nas concepções de Fourastié, dado que não vislumbro em sua obra uma contribuição diferenciada, no que tange aos determinantes da ocupação terciária.

Assim como CLARK, Simon KUZNETS(1970) aqui só citado, também cuidou da distribuição ocupacional da força de trabalho, tendo contribuído de modo significativo no que tange ao estudo de séries estatísticas de indicadores econômicos que respaldam teorias de desenvolvimento econômico.

### III.5. As contribuições de Fuchs e Bhalla e Aníbal Pinto

<sup>28</sup> - FISHER (1933:389)

<sup>29</sup> - Ver CLARK(1957)

FUCHS(1968), estudando a economia dos Estados Unidos, considera-a “a service economy” característica do “new stage of economic development” e alinha três razões para a predominância da produção terciária:

- a) crescimento muito rápido da demanda final por serviços;
- b) incremento relativo na demanda intermediária por serviços e;
- c) relativo decréscimo no incremento da relação produto/trabalhador no setor terciário.

O autor estuda o comportamento da produção terciária frente às flutuações cíclicas da economia americana, reputando como “intrigante” a performance da oferta do setor que, de modo contínuo, apresenta incrementos estáveis.

BHALLA(1970) aponta para novas possibilidades de investigações sobre o emprego no setor terciário, ao destacar a heterogeneidade do mesmo. Empreende esforços no sentido de demonstrar que há diferentes determinações do emprego terciário, dada a existência, no interior do setor, de instâncias modernas e tradicionais. Há para este autor uma dualidade na produção terciária, expressa pelos componentes *moderno* (que é determinado pela demanda, correspondendo aos assalariados) e *tradicional* (constituído por não-assalariados, determinado pela oferta de força de trabalho, autônomos e força de trabalho de natureza familiar não remunerada).

No que tange às produções terciárias da América Latina, convém ressaltar a concepção de um consagrado economista cepalino, Aníbal PINTO(1984). Para ele, dada a “*malformación estructural*” das economias latino-americanas, as mesmas apresentam uma “*sobreterciarización*” ou o que ele chama de “*terciarización espuria*”. Em sua linha de interpretação, o emprego terciário nos países latino-americanos estaria quase que determinado pelo desemprego agrícola e/ou industrial:

*“Para estas notas lo que interesa es que la fuerza de  
trabajo desplazada desde los sectores primarios e la  
originada en las propias metrópolis parecen haber  
excedido con amplitud la capacidad de asimilación  
productiva de los demás sectores y de los núcleos  
urbanos donde se han concentrado el flujo  
incremento demográfico. De este modo, al  
sobredimensionamiento de las ciudades  
venido a asociarse el fenómeno de una  
espuria, sobre todo en servicios no  
diversas modalidades de  
informales...”*

*migratorio y el*

*principales ha  
terciarización  
calificados e en  
subempleos e ocupaciones*

30

## A produção terciária no Brasil, 1950-1980

De qualquer ponto de vista, parece não haver dúvida de que, entre 1950 e 1980 a economia brasileira experimentou um processo de modernização - tardia, é verdade - e de diferenciação de suas forças produtivas. Quanto ao seu crescimento, o Produto Interno Bruto quase que duplicou em cada década, tendo o setor secundário apresentado taxas muito elevadas durante vários anos. Em suas estatísticas, a CEPAL registrou que o produto do mesmo, em 1980, era cerca de dez (10) vezes maior, em dólares constantes, do que em 1950.<sup>31</sup> Naquele período a economia brasileira manteve um crescimento em ritmo suficiente para imprimir, intra e interssetores, transformações significativas, entre elas o fortalecimento da interdependência intersetorial, com a consequente integração de mercados. Nesse período ocorreram significativos avanços no que tange à constituição de uma estrutura sócio-ocupacional “caracteristicamente capitalista y moderna, penetrando fuertemente esta hasta en el sector agrícola. Sin embargo, el estilo seguía mostrando contradicciones que a lo largo del tiempo constituyeron una amenaza a

<sup>30</sup> - PINTO(1984:19)

<sup>31</sup> - CEPAL(1986)

su viabilidad.”<sup>32</sup> significativo crescimento da economia, nesses trinta anos, tendo à frente um processo de industrialização acelerado, implicou alterações substanciais no perfil do setor terciário, modificando sua composição, como indicam as taxas anuais médias de crescimento e a distribuição do PIB. (Ver Tabelas 1 e 2).

• Tabela 1 - Brasil: Taxas Anuais de Crescimento do PIB, por Setor de Atividade

Setor de Atividade	Taxas Anuais Médias do PIB real (%)				
	1950-60	1960-70	1970-80	1980-90	1950-80
<b>Total Geral</b>	<b>6,09</b>	<b>5,38</b>	<b>12,37</b>	<b>1,32</b>	<b>7,90</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>2,79</b>	<b>1,32</b>	<b>10,27</b>	<b>1,39</b>	<b>4,72</b>
<b>Indústria</b>	<b>9,17</b>	<b>6,91</b>	<b>13,04</b>	<b>1,14</b>	<b>9,57</b>
<i>Transf.</i>	9,45	6,52	13,02	-1,02	9,63
<i>C. Civil</i>	7,77	6,99	14,15	-1,12	9,59
<b>Serviços</b>	<b>5,73</b>	<b>6,31</b>	<b>10,87</b>	<b>1,40</b>	<b>7,61</b>
<i>Comércio</i>	6,91	5,43	7,27	1,17	6,53
<i>Transp. e</i>					
<i>Comunic.(l)</i>	7,56	6,68	12,66	1,74	8,93
<i>I. Financ.</i>	3,11	14,55	14,50	1,39	10,59
<i>Adm. Púb.</i>	5,66	9,81	7,74	1,37	7,72
<i>Outros</i>					
<i>Serviços</i>	5,01	2,78	17,53	1,41	8,25

Fonte: IBGE - Séries Estatísticas Históricas - Apud DEDECCA e MONTAGNER(1992:2)

<sup>32</sup>- CEPAL(1986:24)

**Tabela 2 - Brasil: distribuição do PIB por Setor de Atividade, 1950-1990**

Setor de Atividade	Distribuição do PIB				
	1950	1960	1970	1980	1990
<b>Total</b>					
<b>Geral</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Agropec</b>	<b>5,08</b>	<b>18,29</b>	<b>12,34</b>	<b>10,22</b>	<b>9,05</b>
<b>Indústria</b>	<b>24,94</b>	<b>33,19</b>	<b>38,33</b>	<b>40,66</b>	<b>34,26</b>
Transf.	9,28	26,33	29,32	31,07	23,29
C. Civil	4,24	4,96	5,76	6,74	6,94
<b>Serviços</b>	<b>53,30</b>	<b>51,49</b>	<b>56,20</b>	<b>49,12</b>	<b>56,69</b>
Com.	16,15	17,44	17,52	11,01	6,32
Transp.					
e Com.	3,55	4,08	4,61	73	4,75
I. Fin.	3,72	2,79	6,43	7,76	11,06
A. Púb.	6,81	6,54	9,87	6,48	10,64
O. Serv.	11,15	10,07	7,84	1,29	10,87

Fonte: IBGE - Séries Estatísticas Históricas - Apud DEDECCA e MONTAGNER(1992:8)

Avanço da industrialização, modernização das atividades agrícolas e intenso processo de urbanização estão na base das transformações ocorridas no setor terciário, entre os anos 1950 e 1980. Na década de 80, que contempla o que se convencionou chamar de "anos perdidos", dado o esgotamento daquele dinâmico padrão de crescimento<sup>33</sup>, o setor terciário apresentou taxas, ainda que positivas, muito baixas. De qualquer modo, podemos dizer que a economia brasileira é uma economia com alto grau de terciarização (ainda que com alta heterogeneidade quanto ao grau de modernização), "resultado de dois movimentos correlatos derivados de uma causa única: acumulação de capital e os movimentos de divisão do trabalho que ela engendra."<sup>34</sup>

Pode-se dizer que, neste fim de século, com a chamada *reestruturação produtiva*, há uma (re)emergência da produção acadêmica e do debate acerca das questões relativas à produção terciária. Na América Latina e particularmente no Brasil, face ao crescimento das taxas de desemprego e simultânea timidez (quase inexistência) de políticas públicas compensatórias, o papel do chamado Setor Terciário, - tido como *absorvedouro* de desempregados nas produções primária e terciária -, tem sido objeto de estudos e pesquisas. Ao que tudo indica, uma provocação feita em 1992 surtiu efeito:

*"(Finalmente) seria conveniente que os especialistas comesçassem a se interessar por estudar seriamente o setor terciário, devido à sua importância crescente na economia brasileira. Trata-se de uma área nebulosa e pouco conhecida, porém muito importante para continuar sendo ignorada pelo mundo acadêmico."*<sup>35</sup>

A classificação das atividades econômicas em Setores (primário, secundário e terciário), por influência de CLARK(1957)<sup>36</sup>, é uma (re)divisão formal do trabalho. As atividades denominadas de

<sup>33</sup> - DEDECCA e MONTAGNER(1992:9)

<sup>34</sup> - LIPIETZ(1988:197)

<sup>35</sup> - SABÓIA(1992:26)

<sup>36</sup> - Embora seja atribuída a FISHER(1933) a paternidade dos termos *primário*, *secundário* e *terciário*, enquanto denominadores dos *estágios* (e não *setores*) da produção econômica.

*terciárias*, embora integrem a reprodução material das sociedades, têm como característica (diferenciadora) principal a produção de *mercadorias intangíveis*.<sup>37</sup>

Há muitas evidências de um processo de terciarização das economias capitalistas. Mas, constatar que a produção terciária é, em termos dos agregados *emprego* e *produto*, majoritária nos países do capitalismo *central* e em muitos dos países chamados *periféricos*, não significa reconhecer, como faz BELL (1986), a existência de *sociedades pós-industriais*.

O que fundamentalmente distingue a *produção terciária* (a produção de *serviços* ou de *mercadorias intangíveis*) da produção de *mercadorias tangíveis* (produções primária e secundária) é que, na primeira, contrariamente ao que se observa nas produções primária e secundária, as etapas de fornecimento (oferta) do *serviço* e de consumo do mesmo são simultâneas.<sup>38</sup>

A Tabela 3 nos mostra as participações das PEAs setoriais na PEA total do Brasil, nos anos 1950, 1960, 1970 e 1980.

**Tabela 3 - Brasil: participação das PEAs setoriais na PEA total (%), 1950-1980**

Ano	PEA(S. Primário)	PEA(S. Secundário)	PEA(S.Terciário)
1950	59,83	13,73	26,44
1960	53,80	12,98	33,22
1970	44,29	17,91	37,80
1980	29,95	25,27	44,78

Fonte: RODRIGUEZ(1983), apud ANDRADE(1989)

Nela ficam explicitadas as significativas transformações ocupacionais havidas no país ao longo de trinta anos: a PEA primária reduziu sua participação em quase 50%, a secundária aumentou sua participação em 84%, enquanto a terciária também aumentou sua participação em quase 69%. Observe-se que na primeira década considerada (1950-1960), enquanto a PEA primária participava com mais da metade da PEA total, decrescendo em cerca de 10%, o maior crescimento deu-se na participação da PEA terciária (25,64%). Naquele período, a participação da PEA secundária chegou a decrescer 5,46%. No segundo período, quando foi maior a taxa de decrescimento da participação da PEA primária (-17,68%), observou-se uma maior taxa de crescimento da PEA secundária (quase 38%) e uma diminuição da taxa de crescimento da participação da PEA terciária. No último período considerado, a participação da PEA primária decresceu em cerca de 32%, a participação da PEA secundária cresceu aproximadamente 41%, enquanto a PEA terciária aumentou sua participação em cerca de 18%.<sup>39</sup>

Do exposto acima pode-se inferir que foi durante a fase em que era predominante a participação da PEA primária (mais da metade da PEA total), que a PEA terciária apresentou sua maior taxa de crescimento (25,64%) e que, quando a primeira reduziu-se de modo significativo, as maiores taxas de crescimento foram da PEA secundária (respectivamente 37,98 e 41,09%). A participação da PEA terciária só voltou a crescer quando a participação da PEA primária já não era a maior, passando a ser menor que a PEA não-primária (secundária + terciária). Os dados, portanto, não sugerem uma "terciarización espúria", como quer Anibal Pinto. Podem até indicar, para o período considerado, uma "terciarización temprana". Mas,

*"la pregunta central es si esta 'terciarización anticipada' fue acompañada de un aumento del empleo informal terciário."*<sup>40</sup>

As informações disponíveis, para o período, não sugerem uma "sobreterciarización". Não houve um predominante crescimento da PEA terciária e, quando aquele ocorreu, deu-se segundo taxas menores

<sup>37</sup> - BERGER e OFFE(1991:13) não consideram a intangibilidade (ou imaterialidade) característica geral diferenciadora da produção terciária.

<sup>38</sup> - Sobre isto ver KON(1992:17)

<sup>39</sup> - ANDRADE(1989:125)

<sup>40</sup> - GATICA(1986:9)

que as do crescimento da PEA secundária, exceção feita ao primeiro período considerado, quando da "restringida" industrialização.

Vejamos a questão da terciarização por um outro ângulo, qual seja, o do incremento da PEA não-agrícola entre 1960 e 1980.

Em 1960 a PEA secundária representava 12,98 da PEA total e seu incremento representou, no período 1960-70, cerca de 39% do incremento da PEA não-agrícola. A PEA terciária, que em 1960 representava 33,22% da PEA total, teve seu incremento representando, naquele período, cerca de 58% do incremento da PEA não-agrícola. No período seguinte (1970-80), o incremento da PEA secundária representou 37% do incremento da PEA não-agrícola, a partir de um ano em que sua participação era de 17,91%. Nesse mesmo período e a partir de quando representava 37,80% da PEA total, o incremento da PEA terciária representou 60,78% do incremento da PEA não-agrícola.<sup>41</sup>

Outra maneira de observarmos o superior dinamismo da economia brasileira até 1980 é atentando para as taxas de crescimento anuais do emprego e do subemprego em relação às taxas de crescimento da PEA. a Tabela 4 nos mostra essas taxas.

**Tabela 4 - Brasil: emprego e subemprego - Taxas geométricas anuais de crescimento)(%) - 1960-1970/1970-1980**

Períodos	Emprego	Subemprego			PEA
		Urbano	Agrícola	Total	
1960-70	4,55	3,50	0,58	2,70	2,70
1970-80	7,64	2,16	- 3,14	3,64	3,64

Fonte: RODRIGUEZ(1983), apud ANDRADE(1989)

Observemos que nas duas décadas em consideração as taxas de crescimento do emprego são maiores que as taxas da PEA. No período 1970-80 diminuem os subempregos agrícola e total. Quanto ao subemprego urbano, na primeira década sua taxa de crescimento supera a da PEA, aumentando sua participação na ocupação global. Mas, na década seguinte, ocorre o contrário, diminuindo a participação do mesmo na PEA. De tudo isso ficou configurada a tendência de o emprego sobrepujar-se ao subemprego, apesar da persistente permanência deste último.

As informações sobre o crescimento da terciarização e do emprego nas três décadas consideradas nos leva a afirmar que, a despeito da persistência de indicadores de *atraso*, a economia brasileira constituiu, naqueles anos, um parque industrial capaz de induzir a diversificação e a (relativa) modernização de suas atividades setoriais.

## V. A produção terciária na literatura econômica brasileira

O trabalho pioneiro sobre o setor terciário no Brasil é de autoria de ALMEIDA e SILVA (1973). Centrando sua investigação no período 1947-1968, os autores empreendem esforços no sentido de quantificarem o produto terciário e sua evolução no Brasil, bem como estabelecer correlações entre aquele produto e desenvolvimento econômico, este expresso por alguns indicadores, entre os quais *renda per capita*, participação de força de trabalho feminina, etc.

Um ponto destacado com ênfase no trabalho daqueles autores: a valores constantes, decresceu no país, no período considerado, a participação relativa do produto do setor primário (-32,5%), cresceu a participação do produto secundário (+45%) e pouco decresceu a do setor terciário (-1%).

Constatarem também os autores que o ramo terciário denominado Comércio, destacou-se como o mais expressivo, passando ao segundo lugar entre 1966 e 1968, sendo superado apenas pelo ramo Outros Serviços. A evolução da participação relativa do produto do Comércio revelou-se negativa, indo de 36,9% em 1947 a 24,4% em 1968, apresentando, portanto, decréscimo de 33,98%. No que tange ao ramo

<sup>41</sup> - ANDRADE(1989:129)

Intermediários Financeiros, já naquela época este expressava sua crescente significação no setor terciário, com participação crescente de 9 para 17%, apresentando evolução positiva de 89%.

Para o Brasil a dimensão relativa do setor equiparou-se à observada para os EUA, no ano de 1968. Atingiu 50,9% do produto total, a preços de 1949.

Os autores, objetivando verificar analiticamente a hipótese de correlação positiva entre crescimento da renda *per capita* e crescimento da participação terciária no Produto, elaboraram algumas regressões - "em caráter preliminar" - para o período já referido. Utilizaram como variáveis explicativas a renda *per capita*, o grau de industrialização (este tendo sido definido como sendo a participação percentual do produto secundário no produto total), bem como o grau de urbanização (por sua vez mensurado pela participação relativa da população urbana na população total). Consideraram, todavia, que os resultados

obtidos não foram satisfatórios - do ponto de vista estatístico. Alegaram que, em face do "problema da multicolinariade entre os regressores e o da correlação serial entre os resíduos, manifestados em quase todas as equações" não conseguiram obter significantes estimativas. Assim sendo, consideraram os autores que não poderiam inferir conclusão rigorosa das equações de correlação, antes que fossem escolhidos novos métodos de estimativa.

Um dos autores da co-autoria anterior, Wanderley de ALMEIDA, em 1974, empreendeu esforço teórico que redundou em sua obra *Serviços e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (IPEA, 1974).

Qualificação da mão-de-obra, para este autor,

*"atua como condicionante significativo na promoção do emprego terciário, um aspecto que deverá tornar-se ainda mais explícito no futuro".<sup>42</sup>*

Além da variável *qualificação de mão-de-obra*, o autor destaca o *grau de industrialização* e o *grau de urbanização* como variáveis que apresentam relações estreitas com o crescimento do produto e do emprego do Terciário. No que diz respeito ao crescimento da primeira variável, "*implicaria numa maior demanda de serviços e consequente incremento de seu produto e de absorção de mão-de-obra.*"<sup>43</sup>. Um aumento da segunda

*"provocaria ou seria acompanhado de acréscimo da força de trabalho terciária, principalmente nos ramos que exigem maior qualificação dos indivíduos".<sup>44</sup>*

ALMEIDA assinala que, embora para muitos pareça óbvio que um aumento do produto industrial implique um acréscimo do emprego nas atividades de transporte e armazenagem, o que de fato ocorre, para ele, é um acréscimo da demanda por serviços de transporte e armazenagem,

*"o qual, por vezes, poderá ser satisfeita por meio de intensificação do uso de fatores (equipamentos e trabalho), caso se disponha de suficiente capacidade ociosa, verificando-se pequenas (ou nulas) alterações no volume de força de trabalho do ramo".<sup>45</sup>*

Devo ressaltar o que o autor destaca: que crescimento do grau de industrialização e crescimento do produto e do emprego terciários não devem ser vistos como tendo uma relação causal direta, no sentido de um crescimento do primeiro implicar, forçosamente, no crescimento do produto e do emprego na produção terciária como um todo. Dada a diversidade do setor terciário, já apontada por BHALLA(1970), ALMEIDA admite que faz-se conveniente, na busca de maior rigor analítico, que se examine o problema segundo uma desagregação dos dados, a fim de que seja fornecida uma mensuração das variações nas atividades terciárias que de fato aconteceram como decorrência das variações de demanda por mercadorias produzidas na indústria.

<sup>42</sup> - ALMEIDA(1974:75)

<sup>43</sup> - ALMEIDA(1974:75)

<sup>44</sup> - ALMEIDA(1974:75)

<sup>45</sup> - ALMEIDA(1974:76)

A propósito do problema levantado por ALMEIDA, TAVARES(1992) chamou atenção para as dificuldades subjacentes à mensuração dos efeitos causados por atividades econômicas extra-produção terciária sobre a esta última, bem como à mensuração dos possíveis efeitos oriundos de alguns dos ramos terciários sobre o emprego e o produto do próprio setor.<sup>46</sup>

Em 1992, a Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) dedicou, quase que integralmente, um número de sua publicação *São Paulo em Perspectiva* ao Setor Terciário. Nele, DEDECCA e MONTAGNER tratam da crise econômica dos anos 80 e do desempenho do setor terciário, assim como da evolução da estrutura ocupacional paulista, concluindo que os dados com os quais trabalharam não permitem “sustentar a visão que sugere uma desindustrialização do país e, portanto, o crescimento de um terciário tradicional”.<sup>47</sup> BRANDÃO e FERREIRA abordam as dificuldades para uma definição desse setor, propondo uma definição afirmativa para o mesmo, a partir das elaborações de BERGER e OFFE(1991). SABÓIA atesta o crescimento do mesmo no Brasil, no período 1981-1990, alertando para a necessidade de um maior número de estudo e pesquisas sobre o mesmo.

PACHECO contempla o crescimento dos terciários metropolitanos (Recife, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro) e a tendência ao “agravamento das marcas de heterogeneidade” e à precariedade de suas ocupações. Destaca que “analisando apenas os terciários *organizado e não-organizado*, é relativamente simples agrupar estas metrópoles em dois conjuntos distintos: de um lado, São Paulo e Salvador, em que as atividades organizadas apresentam índices ligeiramente superiores às não-organizadas; de outro, Recife e Rio de Janeiro, em que ocorre o oposto.”<sup>48</sup>

LAVINAS e NABUCO enfocam o que chamam de *modernização subdesenvolvida* e vislumbram quatro tipos de terciarização no Brasil, através da análise do terciário nas cidades de Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. As duas autoras qualificam Recife e São Paulo como reveladoras de “processos de desenvolvimento regional díspares”. A segunda contempla “expansão de postos de trabalho no setor formal, enquanto a primeira expande o terciário atrasado, no típico estilo ‘colchão amortecedor’”. Belo Horizonte é caracterizada por “uma segmentação do mercado de trabalho que expressa modernização parcial, assemelhando-se em parte a São Paulo, pela expansão dos serviços modernos, enquanto, por outro lado, apoia-se na informalidade, via forte participação da ocupação na construção civil e dos conta-própria ao longo da década de 80.”<sup>49</sup>

KON, enfocando o terciário paulista, trata da composição setorial do mesmo e de seu papel no contexto nacional, concluindo por uma “heterogeneidade da natureza dos serviços e a coexistência de uma gama de atividades de alta produtividade e qualificação da mão-de-obra, ao lado de atividades de baixa produtividade e informais.”<sup>50</sup>

ARAÚJO detém-se na Região Metropolitana de São Paulo, também confirmando o crescimento de seu setor terciário, que teria recebido “estímulos derivados da inserção internacional de sua economia”, redefinindo o que ela chama de *nova centralidade* para a aquela região.<sup>51</sup>

GONÇALVES e SEMEGHINI evidenciaram uma *modernização* do setor terciário paulista e um maior grau de interiorização dos chamados serviços sociais, em parte dos serviços pessoais e distributivos.<sup>52</sup> NEGRI observa que houve crescimento da presença do setor terciário no interior paulista, tendo o mesmo passado por um processo de modernização.<sup>53</sup>

CANO e SEMEGHINI(1992), tratando das determinações gerais da dinâmica do setor terciário, concebem que a estruturação do mesmo, na Região Metropolitana de São Paulo, notadamente a partir da década de 70, deve ser entendida a partir de três fatores, quais sejam: 1) expansão e diversificação industrial; 2) expansão de ocupações de alta qualificação e: 3) o status de metrópole nacional da cidade de São Paulo.

<sup>46</sup>- Sobre isto ver TAVARES(1981:140 e seguintes)

<sup>47</sup>- DEDECCA e MONTAGNER(1992:15)

<sup>48</sup>- PACHECO(1992:30)

<sup>49</sup>- LAVINAS e NABUCO(1992:41)

<sup>50</sup>- KON(1992:54)

<sup>51</sup>- ARAÚJO(1992:55-59)

<sup>52</sup>- GONÇALVES e SEMEGHINI(1992:60-69)

<sup>53</sup>- NEGRI(1992:94-99)



KON(1992), dando sequência a dois outros trabalhos seus<sup>54</sup>, na parte inicial de seu livro, elabora resenha das concepções de vários teóricos acerca da produção terciária, indo dos economistas clássicos a Keynes, sequenciando-os com contribuições mais recentes. A seguir recupera concepções sobre desenvolvimento econômico, em que procura diferenciá-lo de crescimento econômico, estabelecendo relações entre o primeiro e o crescimento e a disseminação de atividades terciárias. Urbanização e terciarização são, também, dois temas que autora ressalta, também estabelecendo relações entre ambos. Antes de analisar a evolução do terciário brasileiro, no período 1950-1990, a autora recupera, resumidamente, a dinâmica da economia brasileira naquele período. Por fim, apresenta suas observações sobre as configurações dos terciários paulista e brasileiro.

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, W. J. M. de e SILVA, M. da C., *Dinâmica do Setor Serviços no Brasil - emprego e produto*, Rio de Janeiro, IPEA, 1973.
- \_\_\_\_\_, W. J. M. de, *Serviços e Desenvolvimento Econômico no Brasil - aspectos setoriais e suas implicações*, Rio de Janeiro, IPEA, 1973.
- ANDRADE, Paulo R. F., *Dinâmica da ocupação no Setor Terciário no Brasil, 1950-1980 - um estudo introdutório*, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Economia Industrial, Dissertação de Mestrado, 1989.
- ARAÚJO, M. de F. I., "Uma nova centralidade da Região Metropolitana de São Paulo", in *São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, nº 3, julho-setembro, São Paulo, Fundação SEADE, 1992.
- BELL, D., *El advenimiento de la sociedad post-industrial*, Madrid, Alianza Editorial, 1986.
- BERGER, J. e OFFE, C., "A dinâmica do desenvolvimento do setor serviços", in OFFE, C., *Trabalho e Sociedade*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, vol. 2, 1991.
- BHALLA, A. S., "Le rôle du secteur des services dans l'expansion de l'emploi", in *Revue Internationale du Travail*, Genève, OIT, 1970.
- BRANDÃO, S. M. C. e FERREIRA, S., "Setor Terciário - dificuldades para sua definição", in *São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, nº 3, julho-setembro, São Paulo, Fundação SEADE, 1992.
- BRAVERMAN, H., *Trabalho e Capital Monopolista*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1977.
- CANO, W., e SEMEGHINI, U. C., "Diagnóstico do setor serviços: documento básico", in CANO, W., *Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI*, 6 volumes, São Paulo, Fundação SEADE/IE-UNICAMP, 1992.
- CEPAL, *La transformación sócio-ocupacional del Brazil (1960-1980) y la crisis social de los 80*, Santiago, 1986.
- CLARK, C., *The Conditions of Economic Progress*, London, St. Martin's Press, 1957.
- DEDECCA, C. S. e MONTAGNER, P., "Crise Econômica e Desempenho do Terciário", in *São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, nº 3, julho-setembro, São Paulo, Fundação SEADE, 1992.
- FISHER, A. G. B., "A note on tertiary production", in *The Economic Journal*, vol. XLIII, nº 171, 1933.
- FOURASTIÉ, J., *Le grand espoir du XX siècle*, Paris, PUF, 1949.
- FUCHS, V., *The Service Economy*, New York, Columbia University Press, 1968.
- GALENSON, W., *Le développement économique et l'expansion de l'emploi par branche d'activité*, Genève, RIT, nº 6, vol. 62, 1963.
- GILL, L., *Privatisation, Déreglementation, Démantelement du Secteur Publique. Pourquoi?*, Montreal, Université du Quebec, 1986.
- GONÇALVES, M. F. e SEMEGHINI, U. C., "A Modernização do Terciário Paulista", in *São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, nº 3, julho-setembro, São Paulo, Fundação SEADE, 1992.
- GREENFIELDS, H. T., *Manpower and Growth of Producer Services*, New York, Columbia University Press, 1966.

<sup>54</sup> - Refiro-me aos trabalhos anteriores da autora, *Mensuração e avaliação das atividades terciárias da economia paulista*, São Paulo, FEA-USP, dissertação de mestrado, 1985; e "A discussão sobre a produção terciária", in *Pesquisa e Debate*, São Paulo, EDUC, vol. 1, nº 1, 1989. Em 1995 foi publicada sua tese de doutorado, *A Estruturação Ocupacional Brasileira - uma abordagem regional* - KON(1995).

- HOBSON, J. A.**, *A Evolução do Capitalismo Moderno*, São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1985.
- KEYNES, J. M.**, "Towards the General Theory" in *CWJMK*, nº 14, London, 1980.
- \_\_\_\_\_, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- KON, A.**, *Mensuração e avaliação das atividades terciárias da economia paulista*, Dissertação de Mestrado, IPE-USP, mimeo, 1985.
- \_\_\_\_\_, "A discussão sobre a produção terciária", in *Pesquisa e Debate*, vol. I, nº 1, São Paulo, EDUC, 1989.
- \_\_\_\_\_, "Setor Terciário Paulista, Desenvolvimento e Estagnação", in *São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, nº 3, julho-setembro, São Paulo, Fundação SEADE, 1992.
- \_\_\_\_\_, *A Produção Terciária*, São Paulo, Nobel, 1992.
- KUZNETS, S.**, *Aspectos Quantitativos do Desenvolvimento Econômico*, Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1970.
- LAVINAS, L. e NABUCO, M. R.**, "Crise Econômica e Terciarização no Mercado de Trabalho", in *São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, n. 3, julho-setembro, São Paulo, Fundação SEADE, 1992.
- LIPIETZ, A.**, *O Capital e seu Espaço*, São Paulo, Ed. Nobel, 1988.
- MANDEL, E.**, *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- MARSHALL, A.**, *Princípios de Economia*, São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- MARX, K.**, *Teorias de la Plusvalia*, Madrid, Alberto Corazon Editor, 1974.
- \_\_\_\_\_, *El Capital*, México, DF, Fondo de Cultura Económica, 1975.
- PINTO, A.**, "Metropolización y terciarización: malformaciones estructurales en el desarrollo latinoamericano" in *Revista de la CEPAL*, Santiago, 1984.
- QUESNAY, F.**, *Análise do Quadro Econômico*, São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- SABÓIA, J. L. M.**, "O Terciário - um setor em crescimento no Brasil", in *São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, nº 3, São Paulo, Fundação SEADE, 1992.
- SAY, J. B.**, *Tratado de Economia Política*, São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- SMITH, A.**, *Inquérito Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- SOUZA, P. R. de**, *Determinação dos Salários e do Emprego em Economias Atrasadas*, Campinas, IFCH-UNICAMP, tese de doutorado (mimeo), 1980.
- TAVARES, M. da C.**, *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1981.
- WALRAS, L.**, *Princípios de Economia Política*, São Paulo, Abril Cultural, 1983.